

Pedro Henrique Dias Marques

Mestrando do Programa de Ciências e Tecnologias Ambientais
na Universidade Federal do Sul da Bahia e pesquisador bolsista da FAPESB
pedro.ufmg.dias@gmail.com

Entre territorialidades da pesca artesanal no maretório de Caravelas e Nova Viçosa-BA¹

Resumo

O Banco dos Abrolhos, região analisada nesta pesquisa, concentra a maior biodiversidade marinha do Brasil e uma série de atores que utilizam o território. Dentro desse contexto, o objetivo da pesquisa foi o de compreender as transformações históricas, econômicas e ambientais que influenciaram na territorialidade dos pescadores artesanais de Caravelas e Nova Viçosa entre 1960 e 2019. Para isso, utilizei a observação participante, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e mapeamento participativo. Foi possível categorizar 4 marcos temporais, o primeiro foi marcado pela pesca da baleia, o segundo pela influência da Estrada de Ferro Bahia-Minas e o abastecimento dos navios, já o terceiro pela estruturação da pesca, com a chegada do gelo e das embarcações motorizadas, e o quarto, que foi influenciado pela chegada das Unidades de Conservação. Com efeito, o território passou por inúmeras transformações e a reterritorialização foi necessária para a manutenção do modo de vida tradicional da pesca artesanal local.

Palavras-chave: Banco dos Abrolhos, pescadores artesanais, territorialidade.

Abstract

ARTISANAL FISHING TERRITORIALITIES IN MARITIME TERRITORY OF CARAVELAS AND NOVA VIÇOSA-BA

The Abrolhos Bank concentrates the largest marine biodiversity in Brazil and a series of actors that use the territory. Within this context, the objective of this research was to understand the historical, economic and environmental transformations that influence the territoriality of artisanal fishermen of Caravelas and Nova Viçosa in the last 60 years. For this, I used participant observation, semi-structured interviews,

focus groups and participatory mapping. It was possible to categorize 4 time frames, the first was marked by whale fishing, the second by the influence of the Bahia Minas Railroad and the supply of vessels, the third by the structuring of fishing, with the arrival of ice and motorized vessels. Finally, the fourth is influenced by the arrival of the Conservation Units. It can be said that the territory has undergone numerous transformations and that reterritorialization was necessary for the maintenance of local artisanal fishing.

Key-words: Abrolhos Bank, artisanal fishermen, territoriality.

1. Introdução

O modo de vida tradicional dos pescadores artesanais é diretamente ligado ao mar e suas dinâmicas. Sendo assim, por meio do aprendizado perceptivo e dos saberes antigos, o pescador apresenta uma hábil percepção sensorial, através da qual todos os sentidos contribuem para a recepção da informação, conhecendo e reconhecendo em sua totalidade seus territórios de pesca (ALLUT, 2000). Visto isso, é necessário acrescentar que o mar também é responsável pela fonte de renda e pela sobrevivência de inúmeras comunidades que exercem essa desafiadora função.

Os temporais, somados às inseguranças na prática da atividade, influenciam para que o conhecimento, seja ele sobre tempo, clima, condições de navegação, entre outros, seja o antídoto para a sobrevivência das comunidades nesse ambiente. Sob esse cenário, a cultura pesqueira deu origem a uma série de outros costumes e colaborou para a construção de diversas cidades litorâneas, tornando-se importante econômica e socialmente. No entanto, apesar de toda a sua relevância, o contexto da pesquisa acerca das comunidades pesqueiras só avançou após a década de 1960, com o surgimento e o fortalecimento da socioantropologia das comunidades pesqueiras (DIEGUES, 1999).

Ainda que haja uma gama de estudos que envolvem o etnoconhecimento dos pescadores artesanais, poucos se dedicam a análises integradas e que abordem todo o contexto em que a pesca e os pescadores estão inseridos. De acordo com Cardoso (2001), essa contribuição mais espacial, complexa e interdisciplinar tem sido contemplada pelas pesquisas realizadas por geógrafos, porém ainda é uma grande lacuna na academia. E para preencher essa lacuna, Asmus et al. (2018) propõem um modelo no qual

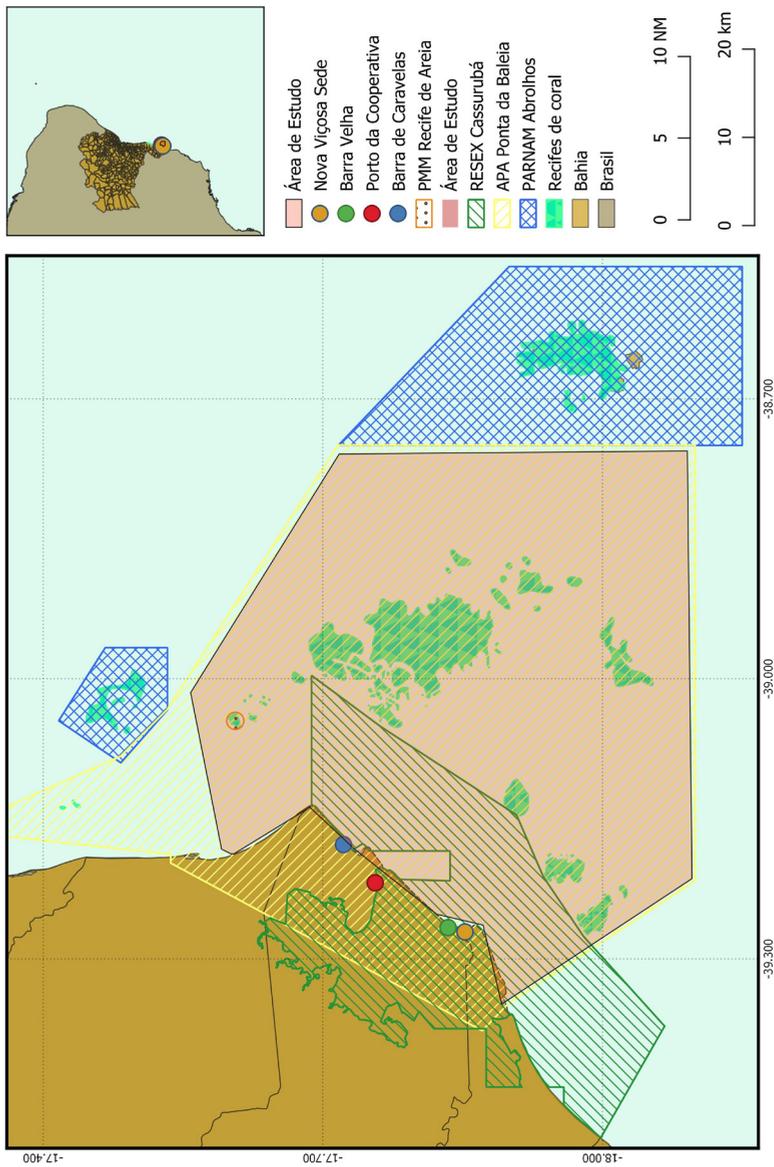
seria necessário mapear e entender os serviços ecossistêmicos, de forma a compreender seus significados, e, a partir disso, discutir as políticas e os instrumentos de gestão territorial.

Os territórios pesqueiros são espaços e lugares utilizados pelos pescadores artesanais, mas também são ocupados ou mesmo invadidos por grandes empreendimentos e outras atividades econômicas, o que ocasiona uma série de transformações. De acordo com Santos (2014), todo território é modificado de acordo com os interesses da produção na qual ele é arcabouço, ou seja, as modificações territoriais variam de acordo com a atividade produtiva que se impõe sobre ele. Nesse contexto, com a existência de sistemas tecnológicos cada vez mais complexos, a exploração de recursos marinhos e, conseqüentemente, da sensibilidade para a conservação dos oceanos acirraram a disputa pelos recursos marinhos e tornaram sua gestão algo com alto grau de complexidade (BARROS-PLATIAU, et al., 2015).

Ao se analisar a amplitude do conceito de território, é possível identificar uma série de autores que o definem e buscam sua melhor compreensão. Dentre eles, Haesbaert se destaca como um dos pesquisadores mais influentes ao se tratar de território, trazendo uma visão mais integradora entre espaço e poder (FUINI, 2017). Segundo Haesbaert (2004), o território não deve ser compreendido exclusivamente como natural, econômico, político ou cultural, mas sim numa abordagem mais integralizada. Partindo desse pressuposto a perspectiva adotada nesse estudo visa à compreensão do território a partir de um olhar que considera o território como um híbrido entre o universo das simbologias e do material, levando em consideração suas múltiplas facetas, como as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais (HAESBAERT, 2004).

De acordo com Raffestin (1993) o território é marcado por uma relação de poder e no qual as delimitações se baseiam em notórios jogos de poder. O território seria então uma representação do espaço para determinado ator, ou seja, uma perspectiva do espaço utilizada por um usuário para a disputa de poder (RAFFESTIN, 1993). A relação cotidiana dos pescadores artesanais com o mar permite que esse ambiente possua diferentes valores, percepções, símbolos e significados, possibilitando a concepção do mar enquanto “maretório”, um território marítimo utilizado por populações tradicionais para a manutenção do modo de vida dos pescadores artesanais.

Figura 1
ÁREA DE ESTUDO DA PESQUISA E TERRITÓRIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Fonte: elaboração autoral, software Qgis, versão 3.10.1.

Dentro desse contexto, destaca-se o Complexo Estuarino do Cassurubá, que também é conhecido como Complexo Caravelas-Nova Viçosa e abrange aproximadamente 11.000 ha de manguezais, com a presença de rios e uma alta taxa de biodiversidade e comunidades tradicionais (REPINALDO, 2016). Devido a todos esses fatores elencados, a região possui uma concentração grande de Unidades de Conservação (UCs), contemplando a Área de Proteção Ambiental da Ponta da Baleia Abrolhos (APA Ponta da Baleia) e a Reserva Extrativista de Cassurubá (RESEX Cassurubá), limítrofe ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (PARNAM Abrolhos), que caracterizam a área de estudo desta pesquisa, conforme observado na figura 1.

2. Caminho metodológico

Este é um trabalho de natureza aplicada, elaborado a partir de uma abordagem qualitativa, visando trabalhar com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (MINAYO et al., 1994, p. 18), com procedimentos técnicos categorizados como experimentais e exploratórios, a partir do estudo de caso, que consiste na análise de um ou de vários fenômenos que constituem um caso, ou seja, compreender o que ele tem de único (LUDKE; ANDRE, 1986), possibilitando a criação de um conhecimento observado na realidade local (MINAYO, et al., 1994).

Para construir o caminho metodológico da elaboração da pesquisa foi necessária a combinação entre diferentes métodos e técnicas. A primeira delas foi a observação participante, técnica esta que permite ao pesquisador uma interação com o meio e seus interlocutores, analisando de maneira empírica a realidade local (JORGENSEN, 2014).

Utilizamos também do desenvolvimento de onze entrevistas semiestruturadas de profundidade que se consolidam como importantes ferramentas para as pesquisas qualitativas, durante as quais o pesquisador interage com o sujeito entrevistado com um roteiro de perguntas (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017). Além disso, organizamos sete grupos focais, que consistem na coleta de dados com dois ou mais entrevistados orientados por meio de um moderador que busca a todo momento direcionar o

debate para o objetivo da pesquisa. Essa ferramenta permite compreender a percepção dos sujeitos sobre determinado tema, aperfeiçoando as demais formas de coleta e explorando as características sociais dos participantes (BISOL, 2013). No total foram envolvidos 37 sujeitos; as falas foram gravadas em inteiro teor e as principais observações foram sistematizadas com o auxílio do diário de campo. As gravações foram transcritas em inteiro teor e sistematizadas seguindo a Análise de Conteúdo (AC), uma técnica utilizada para a interpretação do significado que os sujeitos entrevistados manifestam na fala, possibilitando a compreensão da relação entre o indivíduo e o contexto pesquisado (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

Essa pesquisa possui aprovação do comitê de ética da Universidade Federal do Sul da Bahia, por meio do Parecer N° 3.405.026 e do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através da aprovação do Protocolo n° 62.425.

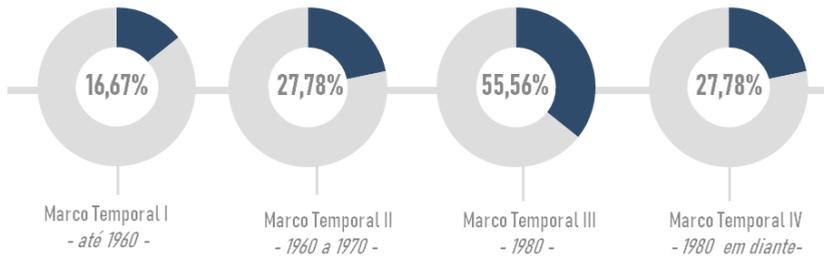
3. Configurações territoriais, (re)territorialização e gestão dos recursos naturais

A territorialidade é composta por diferentes elementos que abrangem as transformações sócio-espaciais e as relações entre os pescadores artesanais, o território e a gestão dos recursos naturais. Nesse sentido, para compreender essas modificações, este tópico foi dividido em quatro marcos temporais.

O primeiro marco temporal foi até a década de 1960 e se refere à prática da pesca da Baleia Jubarte; apareceu em 16,67% dos discursos. O marco temporal II, que se refere ao período marcado pela influência da Estrada de Ferro Bahia-Minas e conseqüentemente ao tráfego de navios no território estudado, apareceu em 27,78% das entrevistas. O terceiro marco temporal analisado foi referente às modificações que aconteceram na cadeia produtiva do pescado e nas embarcações na década de 1980; apareceu em 55,56% dos discursos. Por fim, o marco temporal IV, que apareceu em 27,78% dos discursos, diz respeito à criação das Unidades de Conservação sob a ótica da pesca artesanal, ressaltando as formas de gestão territorial após a década de 1980. Os resultados mencionados anteriormente podem ser observados na figura 2.

Figura 2

TOTAL DE FREQUÊNCIA E LINHA DO TEMPO DOS MARCOS TEMPORAIS RESSALTADOS NAS ENTREVISTAS



Fonte: elaboração autoral, software Excel e Power Point, ambos na versão 2016.

3.1 Marco temporal I: Pesca da Baleia

A percepção das transformações que ocorreram na pesca no território analisado faz parte da memória dos pescadores artesanais mais antigos que narram com maestria o processo de modificação da configuração territorial e como essas alterações impactaram no modo de vida dos povos do mar. De acordo com relatos dos pescadores, a pesca da baleia possuía um caráter grupal, com a presença de 6 a 8 “marcantes”². A atividade era organizada pelos proprietários das “armações”³, que definiam o grupo de pescadores e selecionava as embarcações. A duração da atividade envolvia o período de um mês, no qual os marcantes passavam quinze dias pescando, voltavam para a armação, retiravam o óleo por sete dias e depois passavam mais sete dias lubrificando e consertando as embarcações e os apetrechos de pesca.

Essa arte de pesca envolvia duas embarcações, o bote e a lancha. De acordo com os depoimentos, a lancha era um barco maior que rebocava a embarcação menor, denominada de bote. A prática desta atividade exigia muita força braçal, pois era realizada por meio de arpoadas, através das quais os pescadores conseguiam matar as baleias pelo cansaço. A descrição da forma que era realizada pode ser observada no relato a seguir:

“quando via a baleia largava o bote, com 8 homens dentro e eles iam e matavam na marra, na força, na ignorância mesmo, iam matavam na ignorância, arpoava e deixava ela correr, e ela corria mesmo, não brincava não [...] Aí eles chegavam em cima da aba dela, subiam e colocavam a lança no bufador dela. Aquela segunda arpoada que eles davam é que brecava a respiração dela, porque o arpão brecava a respiração dela. Era assim que eles matavam a baleia” (fala retirada da E5⁴).

O relato do pescador coincide em grande parte com a descrição da pesca da baleia em Caravelas disponível no trabalho de Miranda (2014), que além de contar a história da atividade na região, ainda menciona o seu caráter religioso, visto que, antes do início da temporada de pesca, era realizada uma missa na qual o padre abençoava os pescadores e os seus apetrechos de pesca. Afirmção que pode ser justificada pelo fato de que a pesca da baleia era praticada com embarcações a vela, e, com isso, a atividade pesqueira passava a ser um grande desafio devido à dependência dos elementos naturais como maré, vento, chuva e lua.

Ainda sobre a importância cultural dessa atividade é importante ressaltar que seus vestígios marcam ainda a memória dos mais antigos, os mestres do saber. Os tachos, os arpões e os ossos de madeira eram armazenados por muitas famílias, mostrando o valor cultural desses itens para a cidade. Parte desses materiais fez parte do acervo do Museu da Baleia, com uma exposição que contava a história dessa atividade econômica. Porém, o museu foi demolido e atualmente uma parte desse acervo está armazenada.

O mar, suas águas salgadas e seus recursos naturais são utilizados por populações marítimas que possuem uma complexa relação com o meio. Esses povos, em sua interação diária com o mar, absorveram conhecimentos únicos, um acúmulo de informações que foram transmitidas por gerações e que contribuíram fortemente com o conhecimento acerca dos oceanos (DIEGUES, 1995). Os registros etnográficos, antropológicos e arqueológicos produzidos até a atualidade não conseguem afirmar quando ocorreu o início da atividade pesqueira. Existem estudos que demonstram que a pesca surgiu antes da agricultura e servia como uma atividade importante para a segurança alimentar (DIEGUES, 1983).

A pesca da baleia em Caravelas se iniciou na segunda metade do século XVIII, quando chegou a existir seis armações, e sua decadência se iniciou na década de 1940, sendo praticada até a década de 1970 (MIRANDA, 2014). De acordo com Losada (2019), a atividade envolvia cerca de trezentas pessoas; além disso, a autora afirma que, apesar do esforço de pesquisadores para a conservação da espécie, somente em 1985 o Brasil proibiu de fato a atividade. Após sua proibição, uma série de iniciativas de proteção à baleia jubarte foi realizada, como campanhas de educação ambiental realizadas pelo Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e pelo Instituto Baleia Jubarte.

Porém, apesar do sucesso das ações de preservação, é necessário que se ampliem as ações de educação ambiental com os pescadores artesanais da região, pois foram relatados casos em que as baleias destroem os apetrechos de pesca, além de ataques às embarcações.

3.2 *Marco temporal II: A influência da Estrada de Ferro Bahia-Minas e os naufrágios*

Segundo os relatos dos pescadores artesanais de Caravelas, a década de 1960 foi marcada pela influência da Estrada de Ferro Bahia-Minas (EFBM). Os municípios cortados pela EFBM não forneciam apenas os suprimentos que eram transportados pelos vagões e navios, já que os habitantes desmatavam suas áreas verdes para também fornecer lenha para a locomoção dos pesados trens. O distrito de Ponta de Areia, em Caravelas, considerado como limite norte da EFBM, viveu uma ebulição econômica em decorrência da chegada da ferrovia.

O tráfego dos navios nas águas caravelenses foi um dos principais assuntos abordados pelos entrevistados, aparecendo em 27,78% das entrevistas, que relatam o fato de que essas embarcações encostavam nos pequenos portos e desembarcavam e carregavam suprimentos. Os navios, que traziam e exportavam suprimentos, modificaram a relação dos pescadores com o mar de maneira significativa, visto que os pescadores eram convidados a trabalhar como Práticos da Navegação, responsáveis pelas manobras próximas aos portos e dentro dos rios e canais. Dentre as transformações ocasionadas pelo intenso tráfego de navios, é interessante ressaltar que essa relação não foi vista como totalmente negativa, porém apresentava uma sobreposição de áreas.

O fim da Estrada de Ferro Bahia-Minas trouxe consigo uma transformação radical nos modos de vida e nas relações econômicas de seus municípios limítrofes (MARTINS, 2015). A EFBM influenciou fortemente no crescimento econômico e na urbanização dos municípios (CERQUEIRA NETO, 2013), mas, associada a esse crescimento, uma série de consequências sociais e ambientais afetaram a vida dos pescadores (MOTA; DIAS, 2012). Atualmente, restam memórias de uma linha de ferro que ligava as terras mineiras ao mar baiano, um período de transformações sociais,

econômicas, culturais e ambientais da terra e do mar. Modificações estas que foram sentidas pelos pescadores artesanais da região, tecem a história do mar de Abrolhos e ficaram registradas por meio dos naufrágios.

O território do estudo em questão faz parte do Banco dos Abrolhos, compreendendo uma área que concentra uma contínua porção de recifes de corais, que trazem riscos para a navegação. Este fato, somado aos bancos de areia e à baixa profundidade, influenciou o nome do Arquipélago e de todo a região, uma vez que os navegantes avisavam “Abra os olhos!”, como um alerta para a necessidade de uma navegação mais cautelosa em águas rasas (GONÇALVES, 2016). O cuidado com a navegação, que influenciou no nome da região, é marcado por uma série de naufrágios; eventos estes que registram marcos da história local e regional e transmitem a forma de organização econômica e cultural do tráfego naval e dos povos do mar.

A coleta de dados forneceu o total de 4 naufrágios, porém a literatura publicada sobre o tema indica 5 para a região (GUSMÃO, 2015). O naufrágio com maior citação durante as entrevistas foi o do Vigilante. Ele é amplamente conhecido na região, pelos mergulhadores, turistas, pesquisadores e pescadores artesanais. Segundo relatos, esse navio transportava carga de açúcar roubada, um contrabando, e, devido ao temporal e à falta de prática do comandante, o navio afundou nas águas rasas de Abrolhos.

Já o do Santa Rita ocorreu no Parcel das Paredes, o que coincide com o inventário de Naufrágios da Marinha do Brasil sistematizado por Gusmão (2015). Além desses naufrágios, os pescadores artesanais ainda citaram mais dois, um navio chamado Niterói, que era a vela e naufragou no Parcel das Paredes. E, por fim, há relatos de outro naufrágio sem identificação, que ocorreu nas proximidades do Recife de Aranguera. Gusmão (2015) menciona em seu estudo três naufrágios além do Vigilante e do Santa Rita, o primeiro foi o Matilde, que naufragou em 1893, sem uma localização precisa, em seguida o do Irís, localizado em frente ao Canal do Tomba e que ocorreu em 1925 e o do Veloz, ocorrido em frente à Ponta da Baleia em 1947. Todos os naufrágios sinalizados pelos pescadores podem ser observados na figura 3.

3.3 Marco temporal III: Estruturação da cadeia produtiva da pesca: da salga ao gelo e do remo ao motor

A modificação da cadeia produtiva no pescado ocorreu na década de 1980 e se caracterizou como um processo lento e gradual. Inicialmente, as embarcações eram nominadas de “batelão” e navegavam na força do remo. Eram confeccionadas de apenas uma árvore e por este motivo possuíam tamanhos variados. Nesse contexto, houve a transição para as embarcações motorizadas, que eram confeccionadas no Espírito Santo e que transformaram a forma de organização da atividade.

A atividade pesqueira se caracterizava por ter um viés voltado à subsistência, ou seja, com poucas características comerciais e envolvendo a segurança alimentar, o que difere da estrutura atual na qual já está instalada toda uma estrutura para a cadeia produtiva do pescado, com a presença de peixarias, frigoríficos, pequenas unidades de beneficiamento, atravessadores e escoamento da produção, apresentando um caráter mais mercantil.

O pescado passou a ser comercializado com o início da salga do peixe. A ação de salgar o pescado foi incentivada pelo governo brasileiro, visto que, na década de 1960, houve investimento e incentivos fiscais fornecidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE (DIEGUES, 1983). A pesca sofreu também modificações no que diz respeito à organização da atividade. A chegada do gelo melhorou a forma de acondicionamento e armazenamento do pescado, contribuindo diretamente para o escoamento da produção da região.

A relação de dependência entre os pescadores artesanais e os frigoríficos na cadeia produtiva do pescado em Caravelas e Nova Viçosa sempre existiu. O frigorífico era responsável pelo armazenamento e pela comercialização do pescado, porém sua influência política, devido à concentração do capital e da posse de embarcações, fazia com que os proprietários também organizassem a frota pesqueira.

Os pescadores mais antigos e com determinada influência social nas comunidades possuíam pesqueiros específicos e, se outro companheiro de classe o utilizasse, teria que dividir o ganho com o dono do pesqueiro; fato que demonstra como era a concepção do território de pesca, demarcado de maneira personificada e com uma noção de posse, associada a uma hierarquização social, que difere da atual concepção captada. Atualmente,

a percepção do território de pesca é divergente, ainda há o sentimento de pertencimento, mas a visão dos pescadores é de um território contínuo, e, dentro dele, existem pesqueiros menores, mas que não seguem a lógica de posse de determinado pescador.

Com efeito, a pesca, que foi fundamental para a origem de inúmeras culturas litorâneas do país, sofreu uma série de modificações, consequências diretas da introdução da lógica capitalista, do conhecimento sobre as ciências do mar e também do avanço tecnológico das artes de pesca (SILVA, 1998; DIEGUES, 1999)

3.4 Marco temporal IV: A criação das Unidades de Conservação como uma estratégia para conservação da biodiversidade local

A região dos Abrolhos, por se consolidar como a área que concentra a maior biodiversidade marinha do Brasil, começou a receber na década de 1970 uma série de ambientalistas e pesquisadores, o que acarretou na criação do PARNAM Abrolhos, que foi consolidada em 1983 (NOGUEIRA, 2009). Na mesma década, com a maior divulgação sobre a existência do parque, houve um grande acréscimo no número de visitantes no arquipélago, o que coincide com a instalação de seis empresas de turismo na região (DUTRA et al., 2011).

Dentro deste contexto, ampliou-se também a chegada de Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas (NOGUEIRA, 2009) e a preocupação ambiental na região. Esses fatos influenciaram na ampliação das Áreas Protegidas na região, com a criação da APA Ponta da Baleia Abrolhos, em 1993, e do Parque Municipal Marinho de Recife de Areia (PMM Recife de Areia), em 1999.

A criação da RESEX Cassurubá aconteceu em 2009 e, de acordo com Dias; Soares; Neffa (2012), o pedido de criação da UC partiu da emergência de conflitos socioambientais, como a expansão da silvicultura, do desmatamento e da extração de recursos naturais por não-nativos. Nicolau (2014) ressalta que em 2005 a Cooperativa de Produtores de Camarão do Extremo Sul da Bahia realizou uma audiência pública para o licenciamento do maior empreendimento de carcinicultura do país, que seria instalado em Caravelas, entre as comunidades do Rio dos Macacos e Maçangano. Ainda segundo o autor, houve um conflito entre a criação da RESEX (Pró-Resex) e

o empreendimento (Pró-COOPEX), uma verdadeira disputa pelo território. A carcinicultura consiste na criação de camarão em cativeiro (ORMOND et al., 2004), e, para isso, há a necessidade de desmatamento dos manguezais e apicuns, despejo de sedimentos não tratados e a possibilidade de introdução de espécies exóticas (MEIRELES; TUPINAMBÁ; QUEIROZ, 2007).

A disputa pelo território aconteceu em diferentes esferas, com audiências públicas, cooptação de lideranças comunitárias, perseguição aos opositores da COOPEX e até judicial. O IBAMA decretou a Zona de Amortecimento do PARNAM Abrolhos, tornando a jurisdição federal, porém foi anulada e o conflito só cessou após a criação da RESEX Cassurubá, em 2009 (MELLO, 2015).

A RESEX Cassurubá e o PARNAM Abrolhos são UCs de âmbito federal, ou seja, criados por decreto federal, com gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Já a APA Ponta da Baleia Abrolhos é uma UC de âmbito estadual, que é gerida pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). A RESEX Cassurubá e a APA Ponta da Baleia são UCs de Uso Sustentável, onde a exploração dos recursos naturais é permitida, de forma a manter a conservação da biodiversidade e o uso tradicional. O PARNAM Abrolhos e o PMM Recife de Areia são UCs de Proteção Integral, nas quais só é permitido o uso indireto dos seus atributos naturais (BRASIL, 2000). A APA Ponta da Baleia e o PARNAM Abrolhos possuem conselhos consultivos, que têm o papel de discutir os principais assuntos relacionados com a UC e emitem recomendações e moções. Já a RESEX Cassurubá possui conselho deliberativo, que tem as mesmas atribuições do conselho consultivo, porém detém o direito de deliberar sobre os assuntos relacionados à gestão (ICMBIO, 2014).

Entretanto, para alcançar seus objetivos de criação, cada UC possui um conjunto de instrumentos de gestão. Essas ferramentas que auxiliam o ordenamento e a elaboração de normas para o território variam de instrumentos simples até aqueles mais complexos. Nesse sentido, é possível observar no quadro 1 a quantidade e o status dos instrumentos de gestão de cada UC presente no território analisado.

Quadro 1**INSTRUMENTOS DE GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

UC	Instrumento de gestão	Ano de publicação	Status atual
RESEX CASSURUBÁ	Conselho Deliberativo	2012	Ativo
	Plano de Manejo	2019	Ativo
	Perfil e Lista das Famílias Beneficiárias da RESEX	2018	Ativo
	CCDRU	2018	Ativo
PARNAM ABROLHOS	Conselho Consultivo	2002	Ativo
	Plano de Manejo	1990	Ativo
	Plano Interpretativo	2017	Ativo
APA Ponta da Baleia Abrolhos	Conselho Consultivo	2017	Ativo
	Plano de Manejo	Em elaboração	Em elaboração
PMM Recife de Areia	Sem instrumento de gestão	-	-

Fonte: elaboração autoral, software excel versão 2016.

A RESEX de Cassurubá apresenta importantes mecanismos de gestão e ordenamento da pesca. O Conselho Deliberativo, a maior instância de gestão, é o espaço de discussão e deliberação das decisões, no qual a cogestão apresenta grandes avanços na resolução de conflitos, contribuindo de maneira efetiva para a gestão e a conservação da biodiversidade (ICMBIO, 2017).

O Perfil e a Lista Oficial das Famílias Beneficiárias da Reserva Extrativista de Cassurubá são fundamentais para a gestão territorial, porque demonstram o perfil e o número dessas famílias de Pescadores Artesanais, assim como outros dados, como as principais espécies pescadas e demais informações. O perfil da família beneficiária da RESEX Cassurubá é traçado como sendo de residentes no interior da UC ou nos municípios de abrangência que pratiquem pesca artesanal, artesanato, coleta de sementes e frutos, agricultura familiar e turismo de base comunitária. A Lista Oficial das famílias beneficiárias da RESEX Cassurubá nomeia as famílias que são caracterizadas como beneficiárias. Logo, as políticas públicas, os benefícios e políticas indenizatórias/mitigadoras podem seguir esse cadastro para o desembolso. Dessa maneira, foram registradas 1.358 famílias (BRASIL, 2017).

O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) é o instrumento de gestão territorial mais importante para as comunidades tradicionais que vivem nas Reservas Extrativistas e buscam autonomia na gestão do

território. O CCDRU legitima a autonomia das comunidades para ordenar o território, garantindo o direito à moradia e ao uso dos recursos naturais⁵.

O Plano de Manejo da RESEX Cassurubá envolveu dezenas de reuniões comunitárias, com a participação de pescadores em todas as etapas de planejamento. Ele contou tanto com regras gerais de ordenamento territorial quanto com normas específicas para espécies ameaçadas de extinção; nesse sentido, foram criados ordenamentos para a navegação marítima e nos rios, para as artes de pesca permitidas/proibidas, tamanho mínimo de captura de algumas espécies de peixe e o zoneamento do uso do território (ICMBIO, 2017).

A APA Ponta da Baleia, que possui uma sobreposição de 67.990 ha com a RESEX Cassurubá e de 185 ha com o PARNAM Abrolhos, foi criada há 26 anos atrás e ainda não possui Plano de Manejo, um dos instrumentos de gestão fundamentais para a conservação da biodiversidade em UC. Já o PARNAM Abrolhos possui Plano de Manejo, porém a última revisão do documento foi realizada em 1991. Além deste instrumento, é de se destacar também o seu Plano Interpretativo, que pretende melhorar a comunicação da gestão da UC, qualificar a visitação e sensibilizar a comunidade local (ICMBIO, 2018).

Após a discussão sobre as diferentes configurações territoriais da área de estudo, observamos que a chegada das UCs transformou a maneira através da qual os pescadores utilizavam e geriam o território. Os acordos, que antes eram firmados com base na influência “política” e na hierarquia, passam a ser discutidos sob a ótica do bem comum, conceito descrito por Ostrom (2000) como os recursos, ou bens, que uma comunidade usufrui de maneira comum. As linhas jurídicas das UCs que cortam o território tornam o ordenamento da região analisada algo complexo e desafiador. Complexo no que tange aos diferentes âmbitos e categorias, que variam do federal ao estadual, e de proteção integral ao uso sustentável, e desafiador, no sentido de que os diferentes atores possuem díspares interesses e mediá-los é algo necessário para o ordenamento territorial.

Diante do exposto, notamos que ainda permeia uma confusão entre jurisdição e competência entre os órgãos envolvidos no ordenamento territorial, ou seja, entre ICMBIO, IBAMA e Marinha do Brasil. Muitos pescadores atribuem funções trocadas para cada órgão, o que demonstra a complexidade e a necessidade de ordenar o território de maneira participativa, esclarecendo os diferentes papéis dentro dos limites das UCs e fora dessas fronteiras.

4. Considerações Finais

É possível afirmar que o mar do Complexo Caravelas-Nova Viçosa, suas águas, os recifes de corais e os demais elementos naturais sofreram transformações econômicas e ambientais, que modificaram a relação dos pescadores artesanais com o mar. A presença dos navios que transportavam a produção da EFBM, a modificação/a modernização dos apetrechos de pesca, a estruturação da cadeia produtiva do pescado, as espécies ameaçadas de extinção, o turismo e os diferentes processos de organização da atividade pesqueira foram elementos que estão marcados na oralidade e na memória dos pescadores e estão sistematizados nesta pesquisa.

Por fim, com o aumento da preocupação ambiental e a ampliação da legislação de ordenamento dos oceanos, o maretório analisado passou por diferentes alterações, que causaram a reterritorialização dos pescadores artesanais. Com efeito, os procedimentos metodológicos utilizados permitiram a compreensão da problemática proposta a ser analisada. Além disso, a história da territorialidade deve ser levada em consideração para a tomada de decisão local.

Notas

- ¹ Este artigo resulta da dissertação de mestrado intitulada de “Abra os olhos para o banco dos Abrolhos: percepção ambiental, territorialidade e conflitos na ótica da pesca artesanal de Caravelas a Nova Viçosa, Bahia”, orientada pelo Professor Sebastião Pinheiro Gonçalves Cerqueira Neto, no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais da Universidade Federal do Sul da Bahia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
- ² Nome dado aos pescadores de baleia.
- ³ Galpões, estruturas para o acondicionamento das baleias, onde eram retirados a carne e o óleo.
- ⁴ A fala do entrevistado segue entre aspas, em itálico, com espaçamento simples e com a referência do número da entrevista da qual a fala foi retirada.
- ⁵ Fonte: ICMBio, disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8144-37-855-familias-de-extrativistas-beneficiadas-com-ccdru>

Referências

- ALLUT, A. G. O Conhecimento dos Especialistas e Seu Papel no Desenho de Novas Políticas Pesqueiras. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**. São Paulo: NUPAUB USP, 2000. p. 101-124.
- ASMUS, M. L.; NICOLOD, J.; SCHERER, M. E. G.; GIANUCA, K.; COSTA, J. C.; GOERSCH, L.; HALLAL, G.; VICTOR, K. D.; FERREIRA, W. L. S.; RIBEIRO, J. N. A.; PEREIRA, C. R.; BARRETO, B. T.; TORMA, L. F.; SOUZA, B. B. G.; MASCARELLO, M.; VILLWOCK, A. Simples para ser útil: base ecossistêmica para o gerenciamento costeiro. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, Edição Especial: X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, v. 44, p. 4-19, 2018.
- BARROS-PLATIAU, A. F.; BARROS, J. V. B.; MAZZEGA, P.; OLIVEIRA, L. P. S. Correndo para o mar no antropoceno: a complexidade da governança dos oceanos e a estratégia brasileira de gestão dos recursos marinhos. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 150-169, 2015.
- BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.
- BISOL, C. A. Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, n. suppl. 1, p. 719–726, 2013.
- BRASIL. **LEI Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000.
- _____. **PORTARIA Nº 533**, de 15 de agosto de 2017.
- CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais**: Natureza, território, movimento social. 2001. 143 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 11 de agosto de 2001.
- CERQUEIRA NETO, S. P. G. Construção Geográfica do Extremo Sul da Bahia. **Revista de Geografia UFPE**, Recife, v. 30, n. 1, p. 246-264, 2013.
- DIAS, H. M.; SOARES, M.L.G; NEFFA, E. Conflitos socioambientais: o caso da carcinicultura no complexo estuarino Caravelas-Nova Viçosa/Bahia-Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.15, n.1, jan./abr. 2012.
- DIEGUES, A. C. S. **Povos e Mares**: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima. São Paulo: NUPAUB USP, 1995. 271 p.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: NUPAUB USP, 1983. 301 p.

DIEGUES, A. C. S. A Sócio-Antropologia das Comunidades Marítimas no Brasil. **Etnográfica**, Portugal, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

DUTRA, G. F.; CAMARGO, E.; SANTOS, C. A. P. dos; CEOTTO, P. Abrolhos: desafios para a conservação e o desenvolvimento sustentável na área com maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul. **Field Actions Science Reports**, Special Issue 3, 2011.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Produções do Espaço e Dinâmica Regional*. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

GONÇALVES, J. R. B. **Abr'olhos! Uma análise histórica do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos com as comunidades pesqueiras de Caravelas, BA**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Departamento de História, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

GUSMÃO, D. M. **Sítios arqueológicos de naufrágios da Baía de Todos os Santos, Salvador-BA**: Estudo de caso do clipper blackadder. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em em Arqueologia) - Universidade Federal do Sergipe, Laranjeiras, 17 de abril de 2015.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ICMBIO. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais**, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2014.

ICMBIO. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista de Cassurubá**, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2017.

ICMBIO. **Plano Interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos**, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.

JORGENSEN, D. L. Participant Observation. **Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences**, v. 2014, n. 3, p. 183–194, 2014.

LOSADA, J. Z. Histórias que uma baleia pode contar: da caça à proteção da natureza em Abrolhos/BA. In: COMERLATO, F.; QUEIROZ, D. (Org.). **Baleias e baleeiros** [livro eletrônico]: patrimônio cultural e conservação ambiental. Pelotas: BasiBooks, 2019. p. 37-47.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986. 24 p.

MARTINS, M. L. Ferrovias e Desenvolvimento Regional em Minas Gerais: O Caso da Bahia-Minas. **Sæculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 0, n. 32, p. 69-90, 2015.

MEIRELES, A. J. A.; TUPINAMBÁ, S. V.; QUEIROZ, L. S. Impactos ambientais decorrentes das atividades da carcinicultura ao longo do litoral cearense, nordeste do Brasil. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 6, n. 12, p. 83-106, 2007.

MELLO, C. C. do A. Do meio do medo nasce a coragem: o encontro entre pescadores e marisqueiras de Caravelas (BA) e do Ceará e os múltiplos sentidos da política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 17, n. 3, p. 134-149, 2015.

MINAYO, M. C. de S.; GOMES, R.; NETO, O. C.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. 81 p.

MIRANDA, M. P. **O “peixe real” e a sua sentença de morte**: a pesca de baleias na Vila de Caravelas (1750-1801). 2014. Monografia no Departamento de História, Universidade Estadual da Bahia, Teixeira de Freitas, 15 de agosto de 2014.

MOTA, R. dos S.; DIAS, H. M. Quilombolas e recursos florestais medicinais no sul da Bahia, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 151–159, 2012.

NICOLAU, O. S. Às margens da Resex do Cassurubá no Banco dos Abrolhos: Construções identitárias, práticas culturais e processos de territorialização. 2014. 215f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, 28 de abril de 2014.

NOGUEIRA, F. S. de. **Conflitos em Áreas de Conservação Ambiental**: O caso de Caravelas e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Bahia. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 31 de agosto de 2009.

OLIVEIRA, K. A. de; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista Científica ANAP Brasil**, v.1, n. 1, p. 53-72, 2008.

ORMOND, J. G. P.; MELLO, G. A. T. de; FERREIRA, P. R. P.; LIMA, C. A. O. L. A carcinicultura brasileira. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 91-118, mar. 2004.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes**: la evolucion de las institu de acci3n. M3xico: UNAM-CRIM-FCE, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Campinas: Editora 3tica S.A., 1993. 269 p.

REPINALDO, M. das G. M. **Mapeamento dos ambientes de manguezal do Sistema Estuarino Caravelas-Nova Viçosa-BA (RESEX de Cassurub3) atrav3s de classifica3o orientada a objetos geogr3ficos**: subs3dios para proteç3o e manejo. 2016. Dissertaç3o (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Par3, Bel3m, 30 de març3o de 2016.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos te3ricos e metodol3gicos da geografia. 6. ed. 2. reimp. S3o Paulo: Editora da Universidade de S3o Paulo, 2014. 136 p.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIM3O, A. A. O uso da an3lise de conte3do como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descriç3o e aplicaç3o do m3todo. **Organizaç3es Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, L. G. S. da. Hist3ria e Meio Ambiente: a Pequena Pesca Mar3tima no Brasil. **Revista de Sociologia e Pol3tica**, Curitiba, v. 10/11, p. 219-231, 1998.

Recebido em: 15/01/2020

Aceito em: 01/04/2020